

Demonstrações Financeiras

Companhia Energética Chapecó - CEC

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Energética Chapecó - CEC

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Aos Diretores e Acionistas da

Companhia Energética Chapecó - CEC

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 360, 12º andar, sala 05 - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Chapecó - CEC ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior

Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

Companhia Energética Chapecó - CEC

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.679	12.855
Contas a receber de clientes	6	5.166	7.747
Impostos a recuperar	7	4.063	1.474
Serviços em curso - P&D		36	5
Partes relacionadas	8	10	2.000
Outras contas a receber		121	317
		30.075	24.398
Não circulante			
Depósitos judiciais		646	837
Impostos a recuperar	7	3.302	-
Impostos diferidos	7	10.907	30.252
Imobilizado	9	111.032	116.180
Intangível	10	108.848	61.003
		234.735	208.272
Total do ativo		264.810	232.670
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	794	3.033
Salários e encargos sociais a pagar		341	304
Impostos e contribuições a pagar		1.873	608
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	919	2.051
Encargos setoriais		283	480
Concessão a pagar	13	10.418	8.367
Pesquisa e desenvolvimento		561	320
Partes relacionadas	8	21	-
Provisão contas a pagar de liminar GSF	1.1	-	85.010
		15.210	100.173
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	-	2.722
Concessão a pagar	13	66.707	49.379
Adiantamentos de clientes	14	100.012	-
Provisões para contingências	15	1.373	2.409
		168.092	54.510
Patrimônio líquido			
Capital social	16	65.000	65.000
Reserva de lucros		16.508	12.987
		81.508	77.987
Total do passivo e patrimônio líquido		264.810	232.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	56.082	80.594
Custos dos serviços			
Custos de operação	18	(5.018)	(17.496)
Depreciação e amortização		(9.303)	(8.696)
Compra de energia elétrica		(5.952)	(17.644)
Encargos de uso da rede elétrica		(5.795)	(5.442)
Repactuação do GSF	1.1	44.630	-
Lucro bruto		74.644	31.316
Despesas operacionais			
Serviços de terceiros		(478)	(1.409)
Despesas com pessoal		(2.469)	(188)
Despesas administrativas		(497)	(1.273)
Despesas de viagens		(84)	(53)
Depreciação e amortização		(1.045)	(1.016)
Impostos e taxas		(16)	(2)
Provisões para contingências		1.036	-
Outras receitas e despesas operacionais		(500)	(188)
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros		70.591	27.187
Resultado financeiro líquido	19		
Receitas financeiras		1.168	336
Despesas financeiras		(33.130)	(6.115)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.629	21.408
Imposto de renda e contribuição social	20	-	(11.511)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	(12.854)	5.073
Lucro líquido do exercício		25.775	14.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>25.775</u>	<u>14.970</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>25.775</u>	<u>14.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2019	65.000	8.947	11.069	-	85.016
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.970	14.970
Destinação do lucro	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	749	-	(749)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(11.069)	(10.930)	(21.999)
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	3.291	(3.291)	-
Em 31 de dezembro de 2020	65.000	9.696	3.291	-	77.987
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.775	25.775
Destinação do lucro	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	1.289	-	(1.289)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(3.291)	(18.963)	(22.254)
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	5.523	(5.523)	-
Em 31 de dezembro de 2021	65.000	10.985	5.523	-	81.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.629	21.408
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação e amortização	10.348	9.712
Despesa financeira de ajuste a valor presente UBP	22.451	4.577
Provisão Liminar GSF	-	15.276
Repactuação do GSF	(44.630)	-
Perda na venda de ativo imobilizado	35	-
Provisão (reversão) para contingências	(1.036)	224
	25.797	51.197
(Acréscimo)/decréscimo nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	2.581	1.622
Outras contas a receber	196	(224)
Impostos a recuperar	600	(6.398)
Pesquisa e desenvolvimento	(31)	400
Depósitos judiciais	191	-
	3.537	(4.600)
Acréscimo/(decréscimo) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.239)	502
Salários e encargos sociais a pagar	37	32
Encargos setoriais	(197)	(209)
Concessão a pagar	(10.247)	(8.337)
Obrigações fiscais a pagar	709	3.432
Pesquisa e desenvolvimento	241	(302)
Partes relacionadas	21	-
Provisão contas a pagar de liminar GSF	(85.010)	-
Adiantamento de clientes	100.012	-
	3.327	(4.882)
Caixa usado gerado pelas operações	32.661	41.715
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.301)	(11.426)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	29.360	30.289
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível e imobilizado	(1.272)	(1.984)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.272)	(1.984)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(20.254)	(21.999)
Partes relacionadas - mútuo financeiro	(10)	(2.000)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	(20.264)	(23.999)
Variação		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.824	4.306
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.855	8.549
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.679	12.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Energética Chapecó - CEC ("Companhia"), sociedade de capital privado, com sede em escritório central na avenida Juscelino Kubitschek, 360, 12 andar, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma concessionária de produção independente de energia elétrica e tem como atividade preponderante o aproveitamento de potencial de energia elétrica localizado no Rio Chapecó, através de uma usina hidrelétrica, entre os municípios de Ipuçu e São Domingos, no Estado de Santa Catarina, denominada Central Geradora Quebra Queixo, com potência instalada nominal de 120MW e uma energia assegurada de 57,4 MW médios, cuja concessão foi outorgada por Decreto em 14 de novembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 16 de novembro de 2000. A Companhia detém seu controle compartilhado entre as controladoras Ibitu Energia S.A. e BMPI Infra S.A., em que todas as decisões são tomadas conjuntamente.

Em 11 de dezembro de 2000, a Companhia assinou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica nº 94/2000 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A concessão tem prazo de vigência de 35 anos contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas pela ANEEL, e desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor.

A primeira unidade geradora de produção entrou em operação comercial em 23 de dezembro de 2003. As outras duas unidades geradoras entraram respectivamente em 27 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2003.

Em 03 de maio de 2017, conforme Portaria Nº 178 do Ministério de Minas e Energia, a Companhia teve sua garantia física revisada para 57,4 MW médios, válida a partir de 01 de janeiro de 2018.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

O valor apurado, decorrente da aplicação retroativa dos parâmetros definidos na referida lei, será ressarcido aos agentes de geração mediante extensão do prazo das outorgas vigentes, limitada a 7 (sete) anos, dispondo o gerador livremente da energia. Para tanto, é necessário que o agente titular da outorga vigente de geração que tenha interesse na repactuação desista de ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, renuncie a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação ou, para agentes que não possuem litígio judicial, declarem renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e quite o saldo devedor de GSF.

Em 07 de outubro de 2021, a Administração da Companhia requereu junto a ANEEL a adesão à repactuação do GSF, nos termos da Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa da ANEEL nº 895/2020. Os impactos financeiros foram os seguintes:

- i) Pagamento da cobrança de GSF em agosto de 2021 no montante de R\$ 101.321 (correspondente à estimativa de R\$ 85.010 divulgada como saldo em 31 de dezembro de 2020);
- ii) Recuperação de R\$ 44.630 de gasto com GSF e constituição de ativo intangível (nota 10) correspondente à extensão do prazo de concessão em 1784 dias;

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)--Continuação

iii) Reconhecimento de R\$ 7.175 em Intangível e Concessão a pagar referente ao valor presente líquido de adicional de uso do bem público a ser pago durante o período de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação (Notas 10 e 13).

1.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 14.865. Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 75.775 negativo, relacionado à provisão de contingência de GSF, repactuado em 2021, conforme nota 1.1., que possibilitou a extensão do prazo da concessão em 1784 dias. Em 2021, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 25.775 (R\$ 14.970, em 2020) e apresentou fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 29.360 (R\$ 30.289, em 2020). Diante desse cenário, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas de legislação específica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através de resoluções e do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A aplicação da ICPC 01 – Contratos de concessão para a indústria de geração de energia está ligada ao marco regulatório em que o contrato de concessão foi assinado. Basicamente, para os contratos de concessão assinados antes de 2003, não se aplica a ICPC 01. Tal entendimento vem do não atendimento da condição de aplicação da ICPC 01, em que a concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço.

Os contratos de concessão assinados antes de 2003 eram Contratos de Uso do Bem Público (UBP). O regime de exploração era para produção independente de energia (PIE), onde os processos de leilão eram realizados através da oferta do maior valor pela UBP (concessão onerosa).

Para os contratos de concessão não enquadrados na ICPC 01, a infraestrutura continua reconhecida no Ativo Imobilizado.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros—Continuação

i) Ativos financeiros—Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação*

de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros—Continuação

i) Ativos financeiros—Continuação

c) *Classificação e mensuração*

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado (“VJR”); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); (iii) mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros—Continuação

i) Ativos financeiros—Continuação

d) *Classificação e mensuração*

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros—Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros—Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros—Continuação

iv) Valor justo e perda por *impairment*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificadas evidências de *impairment*.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

2.5. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

São programas de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua Receita Operacional Líquida, conforme Lei 9.991/2000 e regulamentação de Resoluções ANEEL. Desse montante 40% são destinados aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Mensalmente é feita a provisão contábil pelo regime de competência e os saldos não aplicados são corrigidos pela taxa Selic. Os valores a serem aplicados são registrados em conta do Passivo e os valores desembolsados ao longo do desenvolvimento dos projetos são contabilizados no Ativo. Os valores destinados ao FNDCT e ao MME são recolhidos mensalmente.

2.6. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

a) Uso do Bem Público (UBP) - Direito de exploração da concessão

Refere-se ao direito de exploração do uso do bem público, registrado conforme os valores da correspondente obrigação prevista no contrato de concessão. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto (12,81% a.a.), atualizado a valor presente.

O ativo intangível UBP é amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

c) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 01 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado--Continuação

a) Ativo diferido - gastos pré-operacionais

Os gastos incorridos no período pré-operacional da companhia até o ano de 2003 foram capitalizados no ativo imobilizado diferido, conforme política vigente à época, sendo definido, após início de operação, o prazo remanescente do contrato de concessão para sua amortização. Após a alteração do normativo contábil a partir da adoção da Lei 11.941 /2009, que delimitou a alocação de gastos pré-operacionais no resultado, quando incorridos, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, permanecendo no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, e estando sujeito à análise do seu valor recuperável.

2.9. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

2.10. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

a) Provisões para contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro real. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a entidade possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tiver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

2.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

2.15. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades das Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Apuração do resultado--Continuação

É estabelecido pelo IFRS 15 / CPC 47 um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia ocorre quando há venda de energia acima da garantia física da usina, ela é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

2.16. Destinação do resultado - dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia no mínimo 25% do lucro contábil anual deverá ser distribuído a título de dividendos, e está reconhecido o saldo disponível no passivo circulante. O saldo a distribuir está contabilizado no Patrimônio Líquido em conta de Reserva de Lucros a Realizar e será distribuído após a aprovação das demonstrações financeiras pelos acionistas. No ano de 2020, conforme também permitido pelo estatuto social da Companhia, foi aprovado pelos acionistas e executado pela administração a distribuição de dividendos intercalares, quando resultado existente, ao longo do ano.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Compromissos

a) Concessão a pagar – Uso do bem público (UBP)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia recolherá à União Federal, pelo uso do bem público (UBP), a partir do sexto ano até o trigésimo quinto ano de concessão, e, após a extensão de prazo de concessão (Nota 1.1), também durante esse período de extensão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual contratual de R\$ 2.050, correspondentes a R\$ 10.247 em 2021 e R\$ 8.367 em 2020, enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, com valores corrigidos pela oscilação anual do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M. Esses pagamentos são feitos em parcelas mensais. Os valores futuros do compromisso de pagamento da UBP são computados no passivo circulante e não circulante, ajustados a valor presente, perfazendo um total de R\$ 77.125 (R\$ 57.546 em 31 de dezembro de 2020), conforme nota explicativa 13.

2.18. Comentário sobre a pandemia de COVID 19

Em 11 de março de 2020 a OMS-Organização Mundial de Saúde emitiu declaração de pandemia do corona vírus, desencadeando, iniciativas de contenção da transmissão e medidas emergenciais de saúde pública bem como maior ação por parte dos governantes e da sociedade civil para combate à pandemia.

Foram então deflagradas, inclusive no Brasil, ações de controle de aglomerações, evitando-se atividades com participação de alto contingente de pessoas, bem como a restrição de circulação de indivíduos, mas até então sem a paralisação das atividades econômicas de produção de bens e consumo.

A Companhia, por sua vez, antecipando-se às ações de controle e contribuindo com a saúde de seus colaboradores e com a saúde pública, buscou a partir de 16 de março de 2020, reconduzir suas atividades com seu corpo funcional de colaboradores e terceirizados para uma atividade coordenada à distância – o chamado *Home Office*. Recorreu-se à tal modalidade para sua grande maioria de profissionais, e à escala de revezamento no âmbito das operações de maquinários e usinas, e assim vem sendo mantido sem com isso afetar sua operação normal de geração e comercialização de energia, garantindo suas entregas.

A partir da introdução da vacina contra o vírus em janeiro de 2021, e com o avanço da vacinação da população brasileira, está sendo criado ambiente mais favorável para diminuição das ações de combate à pandemia que determinam a restrição de circulação de indivíduos e que podem afetar de alguma maneira atividades econômicas no país. A Companhia continua, até o momento, com suas atividades em formato de *Home Office*.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Comentário sobre a pandemia de COVID 19--Continuação

A Administração da Companhia entende que o momento continua delicado para todos, mas que eventuais impactos nas atividades econômicas, pela contenção das atividades dos indivíduos em sociedade, não afetaram em 2021 e 2020, e não afetarão nos próximos meses e anos a continuidade das atividades de geração e comercialização de energia, tendo em vista que a energia elétrica é fundamental para o dia a dia das pessoas, empresas e órgãos governamentais, e continuará a ser demandada para a continuidade das ações de consumo, investimentos e produção de itens para toda a sociedade. A administração entende que seus contratos vigentes e de longo prazo de entrega de energia continuarão sendo mantidos, seus ativos de geração continuarão em atividade e com geração de riquezas e não são esperadas perdas em instrumentos financeiros.

Portanto, no que se referem às informações contábeis, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

2.19. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2021 e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.
- CPC Liquidação – Entidades em liquidação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir.

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras apresentadas nas notas explicativas são:

- (a) Vida útil dos bens do imobilizado (nota 9) e prazo de amortização do ativo intangível (nota 10);
- (b) Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 2.9); e
- (c) Provisão GSF (nota 1.1);
- (d) Provisões de contingências (nota 15).

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa de seus acionistas Grupo Ibitu Energia e BMPI, detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Riscos e *Compliance*.

a) Fatores de risco financeiro

i) *Risco de liquidez*

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela Companhia sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2021	Em até 01 ano - até 31 de dezembro de 2022	Entre 1 a 5 anos - até 31 de dezembro de 2026	Acima de 5 anos
Fornecedores	794	794	-	-
Adiantamento de clientes	100.012	-	50.108	49.904
Concessão a pagar	77.125	10.418	29.164	37.543
	<u>177.931</u>	<u>11.212</u>	<u>79.272</u>	<u>87.447</u>

ii) *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações com contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

O risco de crédito da Companhia relaciona-se também à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha, vide item (vi) abaixo.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

iii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

iv) *Estimativa do valor justo*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a Administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo custo amortizado e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Dessa forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

v) *Instrumentos financeiros por categoria*

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

a) Fatores de risco financeiro--Continuação

v) *Instrumentos financeiros por categoria*--Continuação

Classificação		2021	2020
		Dados observáveis significativos (nível 2)	Dados observáveis significativos (nível 2)
Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Circulante			
Caixa e contas-correntes bancárias	Custo amortizado	264	517
Aplicações financeiras	Custo amortizado	20.415	12.338
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.166	7.747
Partes relacionadas	Custo amortizado	10	2.000
		25.855	22.602
Não circulante			
Depósitos judiciais	Custo amortizado	646	837
		646	837
Total ativos financeiros		20.679	12.855
Passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial			
Circulante			
Fornecedores	Custo amortizado	794	3.033
Concessão a pagar	Custo amortizado	10.418	8.367
Partes relacionadas	Custo amortizado	21	-
		815	11.400
Não circulante			
Concessão a pagar	Custo amortizado	66.707	49.379
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	100.012	-
		166.719	49.379
Total passivos financeiros		177.952	60.779

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou

vi) *Qualidade do crédito dos ativos financeiros*

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. No caso de recursos em caixa e equivalentes de caixa, o correspondente rating das contrapartes é o seguinte:

	2021	2020
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo brAAA/Estável/brA-1+ (*)	20.679	12.855
	20.679	12.855

(*) A classificação dos bancos foi obtida no *site* da Standard & Poor's.

b) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco hidrológico

Quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do chamado GSF - *Generation Scalling Factor* – (fator de risco hidrológico), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e contas-correntes bancárias	264	517
Aplicações financeiras (*)	20.415	12.338
	20.679	12.855

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 99,71% e 97% da variação do CDI, respectivamente nos anos 2021 e 2020.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de contas a receber por fornecimento e suprimento de energia elétrica, com vencimento em até 30 dias. Não há montantes vencidos.

Dentro dos saldos de Contas a receber de clientes existem valores de transações com partes relacionadas, com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda, destacado na nota explicativa 8, relativo à venda de energia conforme a seguir:

	2021	2020
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	944	-
Consumidores e concessionárias	4.222	7.747
	5.166	7.747

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

7. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são compostos conforme a seguir:

	2021	2020
Imposto de renda a recuperar	322	-
Contribuição social a recuperar	1.087	1.474
Imposto de renda s/aplicação	73	-
Pis e Cofins a Recuperar	2.581	-
Impostos e contribuições a recuperar - ativo circulante	4.063	1.474
Imposto de renda a recuperar	2.426	-
Contribuição social a recuperar	876	-
Impostos e contribuições a recuperar - ativo não circulante	3.302	-
Imposto de renda - diferido (*)	19.031	17.446
Contribuição social - diferido (*)	6.851	6.315
(-) IRPJ/CSLL compensação passivo	(14.975)	-
PIS - diferido (*)	-	1.158
COFINS - diferido (*)	-	5.333
Impostos a recuperar - ativo não circulante	10.907	30.252

(*) Impostos diferidos relativos a diferenças temporárias sobre gastos com provisão GSF, que, de acordo com as projeções de resultados da Companhia, será totalmente realizado até dezembro de 2022.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Os saldos e movimentação com partes relacionadas são representados nas contas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo de Contas a receber de clientes		
Venda de Energia (nota explicativa 6)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	944	-
	<u>944</u>	<u>-</u>
Saldo de Partes relacionadas - Venda de ativo imobilizado – Ativo circulante		
Ibitu Energética S.A.	10	-
	<u>10</u>	<u>-</u>
Saldo de Mútuo financeiro - Ativo Circulante		
Ibitu Energia S.A.	-	1.180
BMPI Infra S.A.	-	820
	<u>-</u>	<u>2.000</u>
Saldo de Fornecedores		
Compra de Energia (nota explicativa 11)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	-	1.985
	<u>-</u>	<u>1.985</u>
Saldo de Contas a Pagar - Compartilhamento de despesas		
Companhia Energética Santa Clara S.A.	11	-
Ibitu Energética S.A.	10	-
	<u>21</u>	<u>-</u>
<u>Movimentação nas contas de Resultado</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de venda de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	11.692	658
Custo de Compra de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	-	(18.574)
Despesa de Serviços de Comercialização de energia		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda.	-	(949)
Despesas com contrato de Compartilhamento de despesas		
Ibitu Energética S.A.	-	(667)
Ibitu Energia S.A.	(2.486)	(148)
Total partes relacionadas – resultado	<u>9.206</u>	<u>(19.680)</u>

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui expectativa de perda.

Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos diretores da Companhia são pagas pelas estruturas corporativas das controladoras diretas Ibitu Energia S.A. e BMPI Infra S.A., havendo contrato de reembolso de compartilhamento de parte das despesas.

9. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear de acordo com as taxas determinadas pela Aneel que é a responsável por estabelecer a vida útil-econômica de cada bem integrante da infraestrutura de geração.

	Taxa média de depreciação anual (%)	2021			2020		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Terrenos		12.228	-	12.228	12.228	-	12.228
Reservatórios, barragens e adutoras	2,08 %	67.180	(32.351)	34.829	67.190	(30.953)	36.237
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,78 %	38.269	(24.179)	14.090	4.686	(2.619)	2.067
Máquinas e equipamentos	3,27 %	107.925	(58.190)	49.735	106.758	(54.702)	52.056
Moveis e utensílios	3,59 %	223	(122)	101	167	(116)	51
Equipamentos de informática	16,67 %	-	-	-	138	(90)	48
Outros ativos	3,12 %	-	-	-	32.404	(20.371)	12.033
		225.839	(114.856)	110.983	223.571	108.851	114.720
Em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	1.142	-	1.142
Máquinas e equipamentos		49	-	49	318	-	318
		225.888	(114.856)	111.032	225.031	(108.851)	116.180

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

A movimentação do imobilizado aconteceu da seguinte forma:

	Custo				Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Depreciação	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil líquido	
	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Adições	Transfe-rências	Baixas					Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Em serviço										
Terrenos	12.228	-	-	-	12.228	-	-	-	12.228	12.228
Reservatórios, barragens e adutoras	67.190	-	-	(10)	67.180	(30.953)	(1.403)	(32.351)	36.237	34.829
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.686	37	33.546	-	34.829	(2.619)	(178)	(2.796)	2.067	3.069
Máquinas e equipamentos	106.758	778	456	(67)	107.925	(54.702)	(3.526)	(58.190)	52.056	49.735
Moveis e utensílios	167	56	-	-	223	(116)	(6)	(122)	51	101
Equipamentos de informática	138	-	(138)	-	-	(90)	(90)	-	48	-
Gastos pré-operacionais	32.404	-	(32.404)	-	-	(20.371)	(1.013)	(21.383)	12.033	11.021
Em curso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.142	-	(1.142)	-	-	-	-	-	1.142	49
Máquinas e equipamentos	-	49	-	-	49	-	-	-	-	-
Compras em andamento	318	-	(318)	-	-	-	-	-	318	-
	225.031	920	-	(77)	225.874	(68.109)	(6.036)	(114.842)	116.180	111.032

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

	Custo			Depreciação				Valor contábil líquido		
	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019	Adições	Transfe-rências	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019	Depreciação em 2020	Transfe-rências	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Em serviço										
Terrenos	12.228	-	-	12.228	-	-	-	-	12.228	12.228
Reservatórios, barragens e adutoras	67.190	-	-	67.190	(29.550)	(1.403)	-	(30.953)	37.640	36.237
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.686	-	-	4.686	(2.478)	(141)	-	(2.619)	2.208	2.067
Máquinas e equipamentos	106.477	382	(101)	106.758	(51.425)	(3.357)	80	(54.702)	55.052	52.056
Moveis e utensílios	167	-	-	167	(116)	(5)	5	(116)	51	51
Equipamentos de informática	9	28	101	138	(1)	(4)	(85)	(90)	8	48
Outros ativos	32.404	-	-	32.404	(19.359)	(1.012)	-	(20.371)	13.046	12.033
Em curso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.142	-	1.142	-	-	-	-	-	1.142
Compras em andamento	-	318	-	318	-	-	-	-	-	318
	223.161	1.870	-	225.031	(102.929)	(5.922)	-	(108.851)	120.233	116.180

Os bens e as instalações utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser transferidos a terceiros sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Taxa média de amortização anual (%)	Composição intangível					
		2021			2020		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Uso do bem público	3,02 %	132.456	(68.090)	64.366	125.281	(64.395)	60.886
Software	20,00 %	571	(138)	433	219	(106)	113
Extensão da concessão GSF (nota 1.1)	5,24 %	44.630	(585)	44.045	-	-	-
Marcas e patentes		4	-	4	4	-	4
		177.661	(68.813)	108.848	125.504	(64.501)	61.003

A movimentação do intangível aconteceu da seguinte forma:

	Custo		Amortização		Valor contábil líquido			
	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Adições em 2021	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Amortização em 2021	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Uso do bem público	125.281	7.175	132.456	(64.395)	(3.695)	(68.090)	60.886	64.366
Software	219	352	571	(106)	(32)	(138)	113	433
Extensão da concessão GSF (nota 1.1)	-	44.630	44.630	-	(585)	(585)	-	44.045
Marcas e patentes	4	-	4	-	-	-	4	4
	125.504	52.157	177.661	(64.501)	(4.312)	(68.813)	61.003	108.848

A adição de R\$ 7.175 na rubrica “Uso do bem público”, registrada em contrapartida ao passivo “Concessão a pagar”, está relacionada ao valor presente líquido do encargo a ser pago durante o período de extensão da concessão decorrente da repactuação do GSF (nota 1.1).

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

	Custo		Amortização			Valor contábil líquido		
	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019	Adições em 2020	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2019	Amortização em 2020	Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Uso do bem público	121.214	4.067	125.281	(60.607)	(3.788)	(64.395)	60.607	60.886
Software	105	114	219	(103)	(3)	(106)	2	113
Marcas e patentes	4	-	4	-	-	-	4	4
	<u>121.323</u>	<u>4.181</u>	<u>125.504</u>	<u>(60.710)</u>	<u>(3.791)</u>	<u>(64.501)</u>	<u>60.613</u>	<u>61.003</u>

O Uso do bem público (UBP) corresponde ao direito de uso de exploração da concessão, com obrigações de parcelas a pagar conforme o Contrato de Concessão, sendo ajustado a valor presente, e é amortizado com base no prazo remanescente de concessão.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente a valores a pagar por compra de energia e materiais e serviços para manutenção da usina.

Dentro dos saldos de Contas a Pagar de Fornecedores existem valores de transações com partes relacionadas com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. referente à compra de energia elétrica, destacado na nota explicativa 8, e conforme apresentado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais e serviços	794	1.048
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda (*)	-	1.985
	<u>794</u>	<u>3.033</u>

12. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda	-	229
Parcelamento - IRPJ *	626	1.313
Parcelamento - CSLL *	293	509
Total - passivo circulante	<u>919</u>	<u>2.051</u>
Parcelamento - IRPJ *	-	1.926
Parcelamento - CSLL *	-	796
Total - passivo não circulante	<u>-</u>	<u>2.722</u>
Total	<u>919</u>	<u>4.773</u>

(*) Em 08/2018, a empresa entrou com pedido de parcelamento de IRPJ e CSLL, processado e homologado pela RFB-Receita Federal do Brasil em 04/09/2018, que prevê 60 parcelas no valor de R\$ 125 de principal mais juros e multa, com vencimento final em 07/2023.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Concessão a pagar

O saldo de R\$ 10.418 no passivo circulante e de R\$ 66.707 no passivo não circulante (R\$ 8.367 e R\$ 49.379, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020) refere-se à obrigação contratual de recolher à União o uso do bem público – UBP. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IGP-M, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 12,81% a.a. Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 10), em contrapartida do passivo. A atualização financeira e o ajuste a valor presente foram registrados no resultado financeiro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Em 2021, com a adesão da Companhia à repactuação do GSF (Nota 1.1), foram adicionados R\$ 7.175 à provisão, em contrapartida ao intangível (Nota 10), referente ao valor presente líquido do encargo do uso do bem público que deverá ser pago durante o período de extensão da concessão:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Saldo inicial a pagar	8.367	8.047
Transferência contas a pagar UBP longo para curto prazo	12.298	8.687
Pagamento de UBP	(10.247)	(8.367)
Total - Passivo circulante	10.418	8.367
Não circulante		
Saldo inicial a pagar	49.379	49.395
Transferência contas a pagar UBP longo para curto prazo	(12.298)	(8.687)
Adição de extensão da concessão (nota 1.1)	7.175	-
Atualização financeira e ajuste a valor presente	22.451	8.671
Total - Passivo não circulante	66.707	49.379

14. Adiantamentos de clientes

O adiantamento de clientes de R\$ 100.012 refere-se a adiantamento recebido por contrato de venda de energia de longo prazo para fornecimento de energia entre os períodos de janeiro de 2023 a 2030., conforme abaixo:

<u>2023 a 2024</u>	<u>2025 a 2026</u>	<u>Após 2026</u>	<u>Total</u>
25.054	25.054	49.904	100.012
25.054	25.054	49.904	100.012

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço, e demonstradas a seguir, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas:

Tipo de processo	Resumo da ação	Esfera	Valor	
			2021	2020
Provisão trabalhista (05 processos) – saldo inicial	Em geral, são reclamados horas adicionais, adicionais noturnos, equiparação salarial, PLR, entre outras	Judicial	2.409	2.185
Atualização de provisão trabalhista (05 processos)			-	224
Baixa de 01 processo trabalhista			(698)	-
Atualização de provisão trabalhista (04 processos)			(338)	-
Provisão trabalhista (04 processos) - Saldo final			1.373	2.409

Há saldos de depósitos judiciais no valor total de R\$ 309 em 2021 (R\$ 838, em 2020), vinculados aos processos trabalhistas provisionados na Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Tipo de processo	Esfera	Quantidade	Valor	
			2021	2020
Trabalhista	Judicial	1	44	-
Tributário	Administrativo	1	262	253
			306	253

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social é representado por 65.000.000 (sessenta e cinco milhões de ações) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2021:

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Percentual do capital social</u>
Ibitu Energia S.A.	38.350.000	59%
BMPI Infra S.A.	26.650.000	41%
	<u>65.000.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem seu controle de forma conjunta, detendo um Conselho de Administração com membros indicados pelos acionistas para deliberarem sobre as decisões que competem ao Conselho, convocando-se assembleia de acionistas para deliberações extraordinárias quando assim requerida.

b) Destinação do resultado e composição de reservas

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Para os anos de 2021 e 2020 foram aprovados e realizados dividendos intermediários no decorrer do ano. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Destinação do resultado e composição de reservas--Continuação

Geração de dividendos a pagar, reserva legal e reserva de lucros	2021	2020
Lucro líquido do exercício	25.775	14.970
(-) Reserva legal	(1.289)	(749)
Lucro a distribuir	24.486	14.221
Dividendos intermediários	18.963	(10.930)
Reserva de lucros a distribuir - patrimônio Líquido	5.523	3.291
Saldos de dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
(+) Destinação de reservas de lucros para dividendos a pagar	3.291	11.069
(+) Dividendos intercalares	18.963	10.930
(-) Pagamentos de dividendos	(22.254)	(21.999)
Saldo final	-	-
Saldos de reservas de lucros		
Saldo inicial	3.291	11.069
(+) Constituição de reservas de lucros	5.523	3.291
(-) Dividendos a pagar	(3.291)	(11.069)
Saldo final	5.523	3.291

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de lucros a realizar é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela administração em assembleia de acionistas para destinação.

	2021	2020
Reserva legal	10.985	9.696
Reserva de retenção de lucros (a ser destinado em assembleia)	5.523	3.291
	16.508	12.987

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

	2021	2020
Fornecimento de energia elétrica	64.759	92.182
Total receita bruta	64.759	92.182
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(1.076)	(1.523)
COFINS	(4.968)	(7.019)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.678)	(1.871)
Pesquisa e desenvolvimento	(561)	(806)
Taxa de fiscalização	(394)	(369)
Total das deduções	(8.677)	(11.588)
Receita operacional líquida	56.082	80.594

18. Custos de operação

	2021	2020
Custos com pessoal	(2.118)	(1.677)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(2.123)	(1.356)
Seguros	(310)	(200)
Encargos setoriais	(70)	(85)
Provisão GSF (*)	-	(15.276)
Crédito de impostos da Provisão GSF (*)	-	1.413
Outros custos	(397)	(315)
	(5.018)	(17.496)

(*) Incremento de preço do valor de provisão GSF (alta da correção monetária índice IGPM)

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	1.046	336
Outras Receitas financeiras	122	-
	1.168	336
Despesas financeiras		
IOF, taxas e comissões sobre fiança bancárias	(5)	(5)
Atualização monetária – GSF	(10.359)	-
Atualização monetária e ajuste a valor presente - UBP	(22.451)	(4.577)
Multas e juros de mora	(315)	(1.533)
	(33.130)	(6.115)
	(31.962)	(5.779)

20. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Corrente	-	(11.511)
Diferidos	(12.854)	5.073
Total	(12.854)	(6.438)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:		
Resultado antes dos tributos	38.629	21.408
Adições (exclusões):		
Provisões de participação nos resultados e gratificações	62	48
Despesas indedutíveis	589	1.083
Repactuação do GSF	(44.630)	-
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(71.083)	-
Outras provisões	309	188
Total das adições (exclusões)	(114.753)	1.319
Resultado ajustado	(76.124)	22.727
Alíquota	34%	34%
Tributos	25.882	(7.727)
Outros	-	1.289
Diferido - repactuação GSF, líquido de amortização	(14.975)	-
Reversão impostos diferidos anos anteriores - GSF	(23.761)	-
Total da despesa com tributos	(12.854)	(6.438)
Alíquota efetiva	33,3%	30,1%

Companhia Energética Chapecó - CEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Coberturas de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais coberturas em apólices de seguro contratadas com terceiros com vigência até o dia 09/02/2022:

Itens/bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura
Ativo imobilizado (*)	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas / danos elétricos, e outros	100.000
Responsabilidade civil (*)	Responsabilidade civil geral - operações amplas	10.000

(*) As apólices de seguros foram contratadas pela Companhia em regime de partilha de riscos e coberturas com as seguintes empresas geradoras de energia cosseguradas: Ibitu Energética S/A e Companhia Energética Santa Clara S/A.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

* * *